

S
UFRJ/IEI
TD114

045973-8

Universidade Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 114

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
ESTRUTURAIS DA ECONOMIA
BRASILEIRA

Manoel Alcino R. da Fonseca

Abril/1987



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Manuel Alcino R. da Fonseca

Abril/1987



43 - 016316



FEA - UFRJ
 BIBLIOTECA
 Data: 27 / 4 / 87
 N.º Registro: 04-1973-8
 225 98333

UFRJ/IEI
 TD 114

FICHA CATALOGRÁFICA

Fonseca, Manuel Alcino R. da
 Uma análise das relações estruturais da economia brasileira.
 -- Rio de Janeiro, UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1987.
 25p. -- (Texto para Discussão; nº 114)

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA *

Manuel Alcino R. da Fonseca +

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo a análise das interrelações estruturais entre produção, consumo e distribuição de renda e, em particular, da forma destas interrelações na economia brasileira. A partir desta análise, algumas relações estruturais básicas são identificadas.

Na seção 2, a evolução recente das estruturas de produção, consumo e distribuição de renda é apresentada. Nas seções 3 e 4, as estruturas de consumo e distribuição de renda são analisadas. Alguns aspectos da estrutura produtiva - a saber, a geração de empregos e a utilização de insumos importados - são discutidos na seção 5. Finalmente, na seção 6, são apresentadas as conclusões.

1.1. Estruturas de Produção, Consumo e Distribuição de Renda

Diferentes autores têm apontado para as interligações entre estes três segmentos de uma economia.⁴ Particularmente,

* O autor agradece as inúmeras sugestões de Jorge Chami Batista.

+ Do Instituto de Economia Industrial (IEI) - UFRJ.

tem-se mostrado que a estrutura produtiva, de consumo e de distribuição de renda são interdependentes e, dessa forma, alterações em uma destas implicam necessariamente em alterações nas outras duas, e vice-versa.

Em particular, alterações na estrutura de distribuição de renda causam mudanças na estrutura de consumo que, por sua vez, implicam em mudanças na estrutura produtiva. Conseqüentemente, se a redução das desigualdades na distribuição de renda é um dos objetivos de política econômica, o Governo precisaria antecipar as mudanças nas estruturas de consumo, de forma a evitar o esgotamento da capacidade produtiva em determinados setores da economia.

Por outro lado, pode-se mostrar que alterações na estrutura produtiva podem causar mudanças na estrutura de distribuição de renda e, conseqüentemente, alterações na estrutura de consumo.²

2. Evolução Recente da Estrutura de Produção, de Consumo, e de Distribuição de Renda

A Tabela 1 mostra a evolução da estrutura de produção a partir do final da década de 50. Observa-se, em primeiro lugar, a relativa estabilidade da participação dos Serviços no produto total. Além disso, nota-se o aumento da participação do setor produtor de bens de consumo duráveis e bens de capital, e do setor de construção civil ao longo desse período. Observa-se também a correspondente redução da participa-

TABELA 1
Estrutura de Produção^a
(Em percentagem)

	1959	1970	1975
Bens de consumo não-duráveis	20,66	21,42	17,17
Bens de consumo duráveis e bens de capital	7,72	9,36	11,17
Bens intermediários	35,43	28,52	29,67
Construção civil	6,08	10,73	10,14
Serviços	30,11	29,95	31,83
TOTAL	100,00	100,00 ^b	100,00 ^b

a. Participação dos setores na produção total.

b. Contém erro devido a arredondamento.

Fonte: Baer, Guilhoto e Fonseca (1986).



ção dos setores produtores de bens de consumo não-duráveis, e bens intermediários.

Estas transformações estruturais - particularmente o aumento da participação dos bens duráveis e de capital - podem ser explicadas, em parte, pela intensificação do processo de verticalização da economia brasileira e, também, pela substituição de importações existente no período. No entanto, conforme mostrado abaixo, o papel da estrutura de consumo e de distribuição de renda nestas transformações da estrutura produtiva foi de extrema importância.

Diversos autores mostraram que, na década de 60, ocorreu um aumento significativo do grau de concentração de renda no País.³ A Tabela 2 mostra este mesmo fenômeno, no contexto da divisão da renda entre lucros e salários. A saber, no período 1959-75, observa-se, em todos os setores da economia com exceção de Construção Civil, a redução da participação dos salários na renda gerada no setor.⁴

O aumento no grau de concentração de renda e, em particular, a redução da participação dos salários no valor adicionado implicam em alterações na estrutura de consumo. A Tabela 3 mostra a evolução do consumo no período 1959-75. Em primeiro lugar, nota-se a redução acentuada do consumo de bens intermediários. Tal redução decorre basicamente da diminuição da participação no consumo total do setor agrícola (a participação da Agricultura no consumo total reduziu-se de 17,40% em 1959 para 3,33% em 1975).⁵

A esta redução da participação da Agricultura no consumo total correspondeu o aumento da participação dos bens não-

TABELA 2
Participação dos Salários no Valor Adicionado^{a, b}
(Em percentagem)

	1959	1970	1975
Bens de consumo não-duráveis	33,56	31,65	23,23
Bens de consumo duráveis e bens de capital	38,71	36,93	36,56
Bens intermediários	27,38	26,40	21,62
Construção civil	41,55	61,51	61,83
Serviços	36,40	42,40	31,47

a. Inclui encargos sociais.

b. Médias ponderadas, sendo o fator de ponderação a participação dos setores na produção total.

Fonte: Baer, Guilhoto e Fonseca (1986).

TABELA 3
Estrutura de Consumo^{a,b}
(Em percentagem)

	1959	1970	1975
Bens de consumo não-duráveis	23,32	31,97	29,25
Bens de consumo duráveis	2,11	4,38	7,81
Bens intermediários	20,83	6,42	5,88
Construção civil	6,08 ^c	0,00 ^c	0,00 ^c
Serviços	47,66	57,23	57,06
TOTAL	100,00	100,00	100,00

a. Participação dos setores no consumo total.

b. As entradas da Tabela foram obtidas a partir de médias ponderadas (ver Tabela 2).

c. No caso de Construção Civil, a entrada correspondente a 1959 não é estritamente comparável com as de 1970 e 1975. Isto se deve às diferentes definições adotadas nas tabelas de insumo-produto.

Fonte: Baer, Guilhoto e Fonseca (1986).

duráveis, particularmente de Produtos Alimentares (a participação do setor Produtos Alimentares aumentou de 15,14% em 1959 para 21,12% em 1975). Na verdade, descontando-se o aumento da participação de Produtos Alimentares, o peso do setor produtor de bens de consumo não-duráveis no consumo total decreceu. De particular importância é a queda da participação do setor Têxtil (de 6,88% do consumo total em 1959 para 1,99% em 1975), queda essa que explica, em grande parte, as dificuldades experimentadas pelo setor Têxtil a partir do final da década de 60.

Por outro lado, aumentaram as participações no consumo total dos bens duráveis e dos Serviços no período 1959-75.

Em resumo, do final da década de 50 ao início da de 70, observa-se, na esfera da produção, o aumento da participação na produção total do setor produtor de bens de consumo duráveis e bens de capital, e do setor de Construção Civil, e a correspondente redução da participação dos bens de consumo não-duráveis, e bens intermediários. Paralelamente, observa-se, na esfera da distribuição de renda, um aumento do grau de concentração e - em particular - a redução da participação dos salários na renda. Por outro lado, na esfera do consumo, nota-se o aumento da participação no consumo total dos bens de consumo duráveis e dos Serviços e a correspondente redução da participação dos bens intermediários e da maioria dos bens não-duráveis, particularmente Têxteis.

Nas próximas seções, analisar-se-á mais detalhadamente as interligações entre produção, consumo e distribuição de renda.

3. Estrutura de Consumo

A Tabela 4 mostra os coeficientes de consumo desagregados por grupo de renda. Cada coluna contém - em proporções - as parcelas do rendimento total do grupo de renda correspondente gastas nos produtos discriminados nas linhas. Conseqüentemente, cada coluna representa a estrutura de consumo dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo de renda.

É interessante comparar-se as estruturas de consumo dos diferentes grupos de renda. Pode-se observar que, entre os indivíduos de renda mais alta (grupo 3), os coeficientes correspondentes aos bens de consumo duráveis e Serviços são relativamente elevados, enquanto o coeficiente correspondente aos bens não-duráveis é relativamente baixo.

Num contexto de acentuada concentração de renda, estes contrastes nas estruturas de consumo de diferentes grupos de renda explicam a evolução recente do consumo discutida na seção anterior, isto é, o aumento da participação dos bens de consumo duráveis e dos Serviços no consumo total, e a redução da participação da maioria dos bens não-duráveis, particularmente Têxteis.

Por outro lado, dada a concentração de renda, tais diferenças na estrutura de consumo explicam também o acelerado crescimento do setor produtor de bens duráveis e a relativa estagnação do setor produtor de bens não-duráveis no final da década de 60 e início da de 70.

TABELA 4
Coeficientes de Consumo ^{a, b}

	Grupos de Renda ^c		
	Grupo de renda 1: zero a 5 salários mínimos	Grupo de renda 2: mais de 5 a 20 salários mínimos	Grupo de renda 3: mais de 20 salários mínimos
Bens de consumo não-duráveis	0,3520	0,2461	0,1559
Bens de consumo duráveis	0,0186	0,0650	0,1362
Bens intermediários	0,0552	0,0619	0,0574
Construção civil	0,0	0,0	0,0
Serviços	0,5742	0,6269	0,6505

a. Os coeficientes correspondem a 1975.

b. Na construção da Tabela, utilizou-se a hipótese simplificadora que a poupança é igual a zero.

c. Cada coluna mostra a parcela da renda total do grupo gasta em produtos de cada setor (médias ponderadas - ver Tabela 2).

Fonte: Fonseca e Guilhoto (1987).

4. Estrutura de Distribuição de Renda

A Tabela 5 contém a estrutura de distribuição de renda, vista como a participação de cada grupo de renda no produto total dos setores da economia. Em cada linha da Tabela 5, encontra-se - em proporções - as parcelas do produto total do setor correspondente recebidas por cada grupo de renda. Dessa forma, cada linha representa a estrutura de distribuição de renda existente em um determinado setor.

Alguns aspectos importantes podem ser observados na Tabela 5. Em primeiro lugar, como seria de se esperar, as parcelas do produto do setor Serviços recebidas pelos indivíduos (pertencentes, obviamente, a diferentes grupos de renda) são as mais elevadas. Dito de outro forma, o setor Serviços utiliza relativamente poucos insumos (provenientes dos outros setores da economia) e emprega um número relativamente elevado de pessoas.

Por outro lado, com exceção do setor Construção Civil, não existem diferenças significativas na estrutura de distribuição de renda dos vários setores da economia. Em geral, a parcela recebida pelo conjunto dos indivíduos pertencentes ao grupo de renda 2 é aproximadamente o dobro daquelas destinadas aos outros dois grupos. No setor Construção Civil, por sua vez, a maior parcela destina-se aos indivíduos pertencentes ao grupo de renda 1.

Portanto, com exceção de Construção Civil, alterações na composição setorial - i.e., alterações nos pesos dos setores na economia - não produzem mudanças na estrutura de distri-

TABELA 5
Estrutura de Distribuição de Renda ^a

	Grupos de Renda ^b		
	Grupo de renda 1: zero a 5 salários mínimos	Grupo de renda 2: mais de 5 a 20 salários mínimos	Grupo de renda 3: mais de 20 salários mínimos
Bens de consumo não-duráveis	0,0556	0,1437	0,0751
Bens de consumo duráveis e bens de capital	0,0806	0,1553	0,0718
Bens intermediários	0,1232	0,1775	0,0888
Construção civil	0,1293	0,0926	0,0322
Serviços	0,1591	0,3245	0,1561

a. Os coeficientes correspondem a 1975.

b. Cada linha mostra a parcela do produto total do setor recebida por cada grupo de renda (médias ponderadas - ver Tabela 2).

Fonte: Fonseca e Guilhoto (1987).

buição de renda prevalecente no País. Dessa forma, as alterações na composição setorial observadas ao longo do período 1959-75 (ver Tabela 1) não seriam responsáveis pelo aumento da desigualdade na distribuição de renda (apesar da maior participação de Construção Civil). Tal aumento poderia ser explicado, pelo menos em parte, pela redução da participação dos salários na renda (ver Tabela 2).

5. Estrutura Produtiva: Emprego e Insumos Importados

A Tabela 6 contém os coeficientes de mão-de-obra para cada setor - i.e., o número de pessoas empregadas num determinado momento dividido pelo produto total do setor. Fica claro que o setor mais importante em termos de geração de empregos é Serviços. Embora se acredite que Construção Civil é um setor-chave em termos de geração de empregos, quando se leva em conta o tamanho do setor (sua produção total), observa-se que isto não corresponde à realidade. Ou seja, o setor Construção Civil precisaria se expandir mais que o dobro do setor Serviços para atingir o mesmo número de empregos deste último.¹⁰

A Tabela 7 mostra a participação dos insumos importados na produção total de cada setor. O setor produtor de bens intermediários é o mais dependente de insumos importados, enquanto o setor Serviços é o menos dependente. É importante ressaltar que os coeficientes da Tabela 7 correspondem ao ano de 1975 que, do ponto de vista das importações, pode ser considerado como atípico, uma vez que as importações nesse período foram relativamente elevadas.

TABELA 6
Coeficientes de Mão-de-Obra^{a, b}

Bens de consumo não-duráveis	6,88
Bens de consumo duráveis e bens de capital	5,74
Bens intermediários	4,01
Construção civil	5,94
Serviços	12,91

a. Número de pessoas empregadas dividido pelo produto total do setor (médias ponderadas - ver Tabela 2).

b. Os coeficientes correspondem a 1975.

Fonte: Fonseca e Guilhoto (1987).

TABELA 7

Coeficientes de Insumos Importados^{a, b}

Bens de consumo não-duráveis	0,0269
Bens de consumo duráveis e bens de capital	0,0514
Bens intermediários	0,0840
Construção civil	0,0231
Serviços	0,0130

a. Participação dos insumos importados na produção total (médias ponderadas - ver Tabela 2).

b. Os coeficientes correspondem a 1975.

Fonte: Baer, Guilhoto e Fonseca (1986).

6. Considerações Finais

Nas seções anteriores, discutiu-se as interrelações entre as estruturas de produção, de consumo, e de distribuição de renda, utilizando-se como exemplo a economia brasileira. Em particular, mostrou-se como o aumento da desigualdade na distribuição de renda contribuiu para moldar a estrutura de consumo e, conseqüentemente, a estrutura produtiva prevalecente na economia brasileira a partir do final da década de 60.¹²

Em primeiro lugar, através da análise do período 1959-75, mostrou-se que, com a maior concentração de renda, aumentou a participação dos bens duráveis no consumo total, e reduziu-se a participação dos bens de consumo não-duráveis. Paralelamente, na esfera produtiva, aumentou a participação na produção total do setor produtor de bens de consumo duráveis e bens de capital, enquanto reduzia-se a participação do setor de bens de consumo não-duráveis no produto total.

Tal alteração na estrutura de consumo - e, a fortiori, na estrutura produtiva - é explicada pelas diferenças entre os perfis de consumo dos diversos grupos de renda. A saber, no grupo de renda mais alta, o coeficiente de consumo correspondente aos bens duráveis é relativamente elevado, enquanto o coeficiente correspondente aos bens não-duráveis é relativamente reduzido. O oposto se verifica no caso do grupo de renda mais baixa.

Na esfera da distribuição de renda, mostrou-se que não existem diferenças significativas na estrutura de distribuição

de renda dos vários setores da economia. Portanto, o aumento da concentração de renda não pode ser explicado pelas alterações na composição setorial mencionadas acima.⁴³ Tal aumento pode, no entanto, ser explicado (pelo menos em parte) pela redução da participação dos salários na renda, conforme mostrado na seção 2.

Finalmente, mostrou-se que o setor Serviços é o setor-chave em termos de geração de empregos,⁴⁴ e que este setor é também o menos dependente de insumos importados.

6.1. Considerações sobre o Processo de Planejamento Econômico

A conclusão básica da análise feita acima é que produção, consumo, e distribuição de renda são interligados e, portanto, não podem ser tratados independentemente no processo de elaboração de um plano ou estratégia econômica. Caso haja inconsistências entre estes três segmentos de uma economia, verificar-se-á, em certos setores, o esgotamento da capacidade produtiva e, em outros, excesso de capacidade. O aparecimento de estrangulamentos no sistema produtivo, conforme mostrou a experiência brasileira recente, traz como consequência o surgimento ou intensificação de um processo inflacionário. Tal processo, freqüentemente identificado como "inflação de demanda," numa análise macroeconômica conjuntural, seria na verdade um fenômeno estrutural, decorrente das inconsistências mencionadas acima.

Em resumo, caso se deseje implantar uma estratégia vol-

tada para a redução da concentração de renda, seria necessário antecipar as mudanças na estrutura produtiva, decorrentes de tal estratégia, de forma a evitar estrangulamentos e o surgimento de um processo inflacionário.

NOTAS:

1. Ver, por exemplo, Kalecki (1968), Furtado (1974), Miyazawa (1976), e Pyatt e Roe (1977).
2. Ver a seção 4 abaixo.
3. Ver, por exemplo, Hoffmann (1975), Fishlow (1972), e Wells (1974).
4. Uma possível explicação para o comportamento discrepante de Construção Civil está relacionada com a evolução da parte informal deste setor vis-à-vis a parte formal. Ou seja, é razoável supor-se que, na década de 50, uma parcela significativa da mão-de-obra do setor Construção Civil fosse constituída de trabalhadores sem vínculos formais com as empresas do setor, e que posteriormente (inclusive com a redução em termos reais do salário mínimo) muitos destes trabalhadores foram incorporados formalmente ao setor.
5. Ver Baer, Guilhoto e Fonseca (1986).
6. Ibid.
7. Ibid.
8. Na elaboração da Tabela 4, utilizou-se a hipótese simplificadora que a poupança é igual a zero. Portanto, a

magnitude dos coeficientes está superestimada (principalmente nos grupos de renda mais alta).

9. A respeito do crescimento dos setores industriais ao longo desse período, ver Suzigan et al. (1974).
10. Além disso, conforme mostrado na Tabela 5, os salários oferecidos no setor Construção Civil são relativamente baixos..
11. Tal dependência tem-se reduzido muito nos últimos anos com a crescente autosuficiência em petróleo do país.
12. É importante observar que, nos últimos anos, com a abertura da economia brasileira em relação às exportações, a estrutura produtiva prevalecente no País só pode ser explicada levando-se em conta o papel das exportações. Ou seja, em muitos setores da economia uma parcela significativa da demanda consiste de exportações.
13. Na verdade, o oposto é verdadeiro. Isto é, as alterações na composição setorial são determinadas pela maior concentração da renda (através de mudanças no consumo).
14. A questão da geração de empregos na economia brasileira é tratada, na forma de um problema dinâmico de otimização, em Fonseca e Lopes (1984).

15. Por outro lado, a elaboração de um plano ou estratégia econômica em bases quantitativas sólidas depende de um sistema teórico detalhado (geralmente na forma de equações). Exemplos de tal sistema - onde se combinam produção, consumo, e distribuição de renda - aparecem em Miyazawa (1976), Pyatt e Roe (1977) e, num contexto dinâmico, Fonseca e Guilhoto (1987).



BIBLIOGRAFIA

Baer, W., J. J. M. Guilhoto e M. A. R. da Fonseca. "Mudanças estruturais na economia industrial brasileira: 1960-1980." Conjuntura Econômica, julho de 1986.

Fishlow, Albert. "Brazilian size distribution of income." American Economic Review, maio de 1972.

Fonseca, Manuel Alcino R. e Carlos M. M. Lopes. "Towards an employment policy: optimum control theory and input-output analysis as instruments to planning." Revista de Econometria, abril de 1984.

_____ e Joaquim José M. Guilhoto. "Uma análise dos efeitos econômicos de estratégias setoriais." Revista Brasileira de Economia, 1987 (a sair).

Furtado, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

Hoffmann, Rodolfo. "Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico." In R. Tolipan e A. Tinelli (organizadores), A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Kalecki, Michal. Theory of Economic Dynamics. New York, Monthly Review Press, 1968.

Miyazawa, Kenichi. Input-Output Analysis and the Structure of Income Distribution. Berlim, Springer-Verlag, 1976.

Fyatt, G. e A. Roe. Social Accounting for Development Planning. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

Suzigan, Wilson et al. Crescimento Industrial no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES - Relatório de Pesquisa no. 26, 1974.

APÊNDICE

Classificação Setorial

Bens de consumo não-duráveis

Farmacêutica
Perfumaria
Têxtil
Vestuário e calçados
Produtos alimentares
Bebidas
Fumo
Editorial e gráfica
Diversos

Bens de consumo duráveis e bens de capital

Mecânica
Material elétrico
Material de transporte
Mobiliário

Bens intermediários

Agricultura
Mineração
Minerais não-metálicos
Metalurgia
Madeira
Papel e papelão
Borracha
Couros e peles
Química
Plásticos

Construção civil

Construção civil

Serviços

Energia, água e saneamento
Transporte e margem de comércio
Serviços

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1987

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
107. PROCHNIK, Victor. <u>O macrocomplexo da construção civil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 107)</u>	143
108. TAVARES, Ricardo A.W., <u>Aritmética política ou natural? (Demografia: Fuga em quatro movimentos). IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 108)</u>	26
109. TAUILE, José Ricardo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Melo de. <u>Difusão de automação no Brasil e os efeitos sobre o emprego. Uma resenha da literatura nacional. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 109)</u>	47
110. SILVEIRA, Caio César L. Prates de. <u>Plano Cruzado : A dramática reversão de expectativas. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 110)</u>	30
111. TAUILE, José Ricardo. <u>Automação e Competitividade: uma avaliação das tendências no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 111)</u>	150
112. ALMEIDA, Júlio Gomes de e ORTEGA, José Antonio. <u>Financiamento e desempenho financeiro das empresas industriais no Brasil. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 112)</u>	119
113. PROCHNIK, Victor. <u>Estrutura e dinâmica dos complexos industriais na economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 113)</u>	51
114. FONSECA, Manuel Alcino da. <u>Uma análise das relações estruturais da economia brasileira. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. (Discussão, 114)</u>	25